



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Contribuintes à Baía de Sepetiba

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO ODINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU 2009.**

2 Aos dez dias do mês de setembro de 2009, às 10h00min, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos
3 Rios Contribuintes à Baía de Sepetiba - Comitê Guandu deu início à 3ª Reunião Ordinária do
4 Plenário de 2009, no Salão Vermelho – Sala 34, localizado no Prédio do Instituto de Biologia da
5 UFRuralRJ, BR 465, km 07, Seropédica, RJ, tendo como sugestão de pauta os seguintes assuntos: 1)
6 Apreciação da minuta da ata referente à 2ª Reunião Ordinária do Plenário de 2009; 2) Tramite dos
7 processos do Comitê Guandu no âmbito do Governo do Estado do RJ; 3) Dívida da CEDAE; 4)
8 Minuta da Resolução nº. 37 que “dispõe sobre a formação do conselho gestor da APA Guandu,
9 disciplina o seu funcionamento e dá providências correlatas”; 5) Apresentação do andamento do
10 Projeto Produtores de Água; 6) Assuntos gerais. Estavam presentes 27 membros do Comitê, entre
11 titulares e suplentes, sendo 22 votantes, a saber: representando a Sociedade Civil – Décio Tubbs
12 Filho (UFRuralRJ), Diretor Geral do Comitê Guandu; Gilson Freire (Sintsama); Jaime Bastos Neto
13 (Instituto Ipanema – Inst. de Pesq. Avançadas Economia e Meio Ambiente); Márcia Marques
14 (APEDEMA) Solimar José da Silva (Entidade Ambientalista Esperança Verde) e Frederico
15 Menezes Coelho (ABES); Adacto Benedito Ottoni (CREA-RJ); representando os usuários –
16 Antonio Cesar Aragão (PETROBRAS/REDUC), Secretário Executivo do Comitê Guandu; José
17 Luiz Governo (CSA); Julio César Oliveira Antunes (CEDAE); Edson de Barros Mendonça
18 (Prefeitura de Rio Claro-RJ); Abílio Souza Faria (FCC); Pedro Ernesto Fonseca Brum (Associação
19 Pequenos Produtores Rurais de Vera Cruz); Sabina Campagnani (Furnas Centrais Elétricas S.A.);
20 Jorge José do Nascimento (LIGHT Energia S.A) José Augusto dos Prazeres (ELETROBOLT);
21 Marcos Antonio de Araújo Nogueira (Associação de Produtores Orgânicos do Vale); Sérgio Silva
22 Pereira (Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro); representando o
23 Governo Federal – Dalson Willian Chain (ICMBIO – Instituto Chico Mendes); representando o
24 Governo Estadual – Rosa Maria Formiga Johnson (INEA); representando o Governo Municipal –
25 Edivane Castilho Lage (Prefeitura Municipal de Piraí); José Anunciação Gonçalves (Prefeitura
26 Municipal de Queimados). Participaram 13 convidados (lista em anexo). O Secretário Executivo,
27 Antonio Aragão (REDUC/Petrobras), iniciou a reunião às 10h00min agradecendo a presença de
28 todos e convidando os Diretores presentes para compor a mesa. Solicitou inversão de pauta
29 sugerindo que os itens 2 e 3 sejam discutidos no final. A inversão de pauta foi aprovada por
30 unanimidade. Questionou se seria necessária realizar a leitura da ata referente a 2ª Reunião
31 Ordinária do Plenário, que foi enviada com antecedência, não tendo sido necessário a ata foi
32 aprovada por unanimidade. Foi realizada a leitura da minuta referente à Resolução nº. 37 que dispõe
33 sobre a formação do Conselho Gestor da APA Guandu, disciplina o seu funcionamento e dá
34 providências correlatas. Esclareceu que a minuta de resolução foi amplamente discutida na Câmara
35 Técnica com o objetivo de contemplar a Lei Estadual nº 3.443, de 14 de julho de 2000, que
36 estabelece a criação dos conselhos gestores para as Unidades de Conservação Estaduais e dá outras
37 providências e que no seu artigo 3º, §1º, define a formação do Conselho Gestor; o Decreto Estadual
38 nº. 40.670, de 22 de março de 2007, que criou a Área de Proteção Ambiental do Rio Guandu - APA
39 Guandu, que em seu artigo 4º define a criação e composição do Conselho Deliberativo da APA; e o
40 Parecer Técnico nº. 03/09 da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTALI.
41 Edivane Lages questionou se existe um número definido de reuniões a serem realizadas pelo



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Contribuintes à Baía de Sepetiba

42 Conselho Gestor da APA. Nelson Reis informou que o número de reuniões e demais assuntos
43 pertinentes ao funcionamento interno do Conselho serão definidos no Regimento Interno. Edson
44 Mendonça sugeriu definir prazo para elaboração do Regimento Interno. Antonio Aragão, Secretário
45 Executivo, sugeriu prazo de 6 (seis) meses para elaboração do Regimento Interno e esclareceu que
46 pode ser realizado paralelamente a elaboração do Plano Gestor sendo este a ser apresentado em
47 Audiência Pública. A Resolução nº 37 foi aprovada por unanimidade. Décio Tubbs, Diretor Geral,
48 informou que existem vários processos em andamento no INEA para aplicação de recursos em
49 projetos já aprovados pelo Comitê Guandu e destacou que os tramites administrativos dos processos
50 tem dificultado a realização de diversas ações prioritárias na bacia. Rosa Formiga (INEA) informou
51 que foi realizada, no dia anterior, uma reunião na Procuradoria do Estado, com representantes do
52 Comitê Guandu e do Núcleo de Apoio a Comitês de Bacia sobre as necessidades exigidas para o
53 andamento dos processos. Acrescentou que essa dificuldade será superada. Helio Vanderlei (Onda
54 Verde) destacou que nossa prioridade é criar a Agência de Bacia e que somente desta forma será
55 possível acelerar a aplicação de recursos do FUNDRHI. O Secretário Executivo, Antonio Aragão,
56 informou que está sendo verificada a viabilidade de criar a Agência de Bacia e que um fator
57 importante neste processo será o pagamento da CEDAE pelo uso da água. Rosa Formiga (INEA)
58 informou que o Tribunal de Contas do Estado - TCE não aceitará renovação de convênio e que se
59 encontra na Assembléia Legislativa projeto de Lei para criar Agência Delegatária. Helio Vanderlei
60 (Onda Verde) questionou quanto custa à criação e manutenção de uma agência de bacia para o
61 Comitê Guandu e sugeriu que seja realizado orçamento para implantação da Agência. Rosa Formiga
62 informou que de fato a CEDAE vai pagar pelo uso da água e que este assunto foi documentado ao
63 INEA através do ofício nº 164, de 11 de agosto de 2009, que foi lido em plenário. Acrescentou que
64 a dívida de maio de 2008 a setembro de 2009 será pago em 60 parcelas. Helio Vanderlei destacou
65 que não concorda com o parcelamento de 60 meses e que esse assunto deve ser discutido no âmbito
66 do Comitê. Rosa Formiga informou que as Prefeituras também possuem dívida de cobrança pelo
67 uso da água. Helio Vanderlei solicitou que o INEA envie para a Secretaria Executiva do Comitê
68 Guandu a relação de todos os usuários que não efetuaram o pagamento inclusive Prefeituras.
69 Esclareceu que o Plenário precisa ser informado sobre este assunto. Sebastiana Cesario (INEA)
70 questionou se o número de parcelas mencionado pode ser negociado. Decio Tubbs (UFRRJ)
71 informou que este assunto ainda não foi enviado a Secretaria Executiva e que por isso ainda não foi
72 incluído na discussão do Plenário. Adacto Ottoni (CREA-RJ) questionou se valores a serem pagos
73 pela CEDAE inclui os valores referentes às perdas que a empresa possui no sistema de
74 abastecimento de água. Acrescentou que o Comitê deve solicitar informações a respeito dos valores
75 aproximados das perdas de água da CEDAE. Diretor Geral (UFRRJ) informou que sugeriu que o
76 pagamento da dívida fosse realizado através de financiamento a projetos para melhoria da qualidade
77 e quantidade da água, mas que foi informado pelo Presidente do INEA que os valores da dívida não
78 poderiam ser negociados em projetos. Julio Cesar (CEDAE) informou que os valores de perdas se
79 encontram no Sistema Nacional de Informações de Saneamento – SINIS e que os valores
80 correspondem não somente as perdas físicas, mas que também existem locais onde não é possível
81 manter o medidor. José Governo (CSA) ressaltou que no momento o importante é que a CEDAE
82 efetue o pagamento de fato. O Secretário Executivo, Antonio Aragão, esclareceu que de acordo com
83 a Lei 5.234, de 05 de maio de 2008, que altera a lei nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, que



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Contribuintes à Baía de Sepetiba

84 dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro,
85 em seu artigo 6º, estabelece que no mínimo, 70% (setenta por cento) dos recursos arrecadados pela
86 cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento serão obrigatoriamente aplicados
87 em coleta e tratamento de efluentes urbanos, até que se atinja o percentual de 80% (oitenta por
88 cento) do esgoto coletado e tratado na respectiva Região Hidrográfica. Informou que de acordo com
89 o levantamento realizado pela Secretaria Executiva do Comitê Guandu na Fundação Nacional de
90 Saúde – FUNASA existe vários municípios que celebraram convênio porem estão com dificuldade
91 de finalizar as obras de saneamento devido à necessidade do recurso de contrapartida. Esclareceu
92 que de acordo com o Plano de Bacia e também as resoluções já aprovadas pelo Plenário o
93 saneamento é prioridade na região. Foi distribuída uma planilha com a relação de todos os
94 convênios celebrados entre a FUNASA e os Municípios com informações relevantes tais como:
95 existência de licença ambiental emitida para a obra, bairro e população beneficiada, e ainda se a
96 FUNASA já realizou primeiro repasse financeiro. Esclareceu que a Diretoria Colegiada considera
97 importante viabilizar a finalização das obras de saneamento e que o Comitê pode colaborar com
98 recurso oriundo da cobrança pelo uso da água. Julio Cesar (CEDAE), coordenador da Câmara
99 Técnica de Estudos e Projetos – CTEP solicitou a palavra para informar que o trâmite normal de
100 análise dos Estudos de Impacto Ambiental referente aos novos empreendimentos a serem instalados
101 na bacia não está satisfatório, pois os prazos estabelecidos na resolução do Comitê não tem sido
102 respeitado. Destacou que quando o EIA/RIMA chega para a Secretaria Executiva já está próximo a
103 data da audiência pública e que outras vezes a Câmara Técnica solicita informações adicionais e
104 não obtêm respostas em prazo coerente, como o que ocorreu com a Central de Tratamento de
105 Resíduos – CTR Santa Rosa a ser construído no município de Seropedica. Antonio Aragão
106 (REDUC) solicitou reunião extraordinária da CTEP e do plenário para tratar deste assunto. Todos
107 concordaram e ficou estabelecido em consenso as datas de 16 de setembro de 2009, as 13h00min,
108 para reunião da CTEP e 24 de setembro de 2009, as 13h00min, para a reunião do plenário. Julio
109 Cesar (CEDAE) informou que a CTEP também está estudando a possibilidade de apoiar o grupo de
110 comunicação para atender acidentes ambientais na região. Nelson Reis (OMABRASIL) propôs ao
111 plenário curso de formação de uma semana no Instituto Nacional de Pesquisa – INEP sobre SIG
112 Spring. Decio Tubbs destacou que a CTEP também esta formatando Seminário sobre Saneamento.
113 Antonio Aragão, Secretário Executivo, informou que o representante do Instituto Terra de
114 Preservação Ambiental foi convidado para apresentar o andamento do projeto Produtores de Água e
115 Floresta, mas que justificou sua ausência e se disponibilizou a estar presente na próxima reunião
116 para apresentar resultados do projeto Produtores de água. O Secretário Executivo questionou se
117 alguém teria algo a acrescentar e não havendo encerrou a reunião as 13h00min.
118 Diretor Geral: Decio Tubbs _____
119 Secretário Executivo: Antonio Cesar Aragão _____